



Projeto MARE-CAPES: “Reforma
do Estado e Proteção Social: Os Setores
de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro”

- Relatório Final -

SUBPROJETO 3:
SEGURANÇA PÚBLICA

Coordenação:
Leonarda Musumeci

**Ficha técnica, agradecimentos, sumário geral e
apresentação do relatório**

janeiro de 2000

Projeto MARE-CAPES: “Reforma do Estado e Proteção Social: Os Setores de Saúde e Segurança Públicas no Rio de Janeiro”

FICHA TÉCNICA

Carlos Lessa
coordenador geral (ie/ufrj)

Aloísio Teixeira
coordenador executivo (ie/ufrj)

Subprojeto 3: Segurança Pública

Leonarda Musumeci
coordenadora (ie/ufrj)

Galeno Ferraz Filho
pesquisador (ie/ufrj)

Barbara Musumeci Soares
pesquisadora convidada (ssp/rj)

Jacqueline Muniz
colaboradora (ssp/rj)

Luiz Eduardo Soares
consultor (iuperj, uerj e ssp/rj)

João Trajano Sento-Sé
consultor (uerj)

Debora Lobo Moutinho Astocondor
Fabiana T. Ramos Lassarotti
Paulo Roberto Grigorowski
Tomaz Andrés Barbosa
assistentes de pesquisa/iniciação científica (ie/ufrj)

Thelma Teixeira
assistente administrativa (ie/ufrj)



instituto de economia - UFRJ
Av. Pasteur, 250. Urca. CEP: 22240-290.
Tel: (21)295-1447 Fax: (21)541-8148
URL: www.ie.ufrj.br

Este trabalho é dedicado à memória do Cel. PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira

Agradecimentos

Não teria sido viável realizar este trabalho sem a colaboração de uma série de pessoas que, dentro dos órgãos de segurança pública e em outras instituições, forneceram dados, esclarecimentos, entrevistas e apoio ao longo das diversas etapas da pesquisa. Na impossibilidade de nomeá-las todas, registramos nosso agradecimento:

Ao Dr. Noaldo Alves Silva, ex-Secretário Interino de Segurança Pública do Rio de Janeiro; ao Cel. Dorasil Castilho Corval, ex-Comandante Geral da Polícia Militar; ao Dr. Manoel Vidal Leite Ribeiro, ex-Chefe da Polícia Civil e ao Cel. Rubens Jorge, ex-Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, pela autorização para o levantamento de dados junto aos órgãos de segurança pública estaduais.

Ao Cel. Sérgio da Cruz, ex-Chefe do Estado Maior, atual Comandante Geral da PMERJ, pelo apoio institucional à realização da pesquisa;¹ ao Ten. Cel. Claudécir Ribeiro da Silva, Comandante da APOM, ao Ten. Cel. Luiz Fernando Santos Azevedo, Comandante da Escola Superior de Polícia Militar e ao Maj. Antonio Carlos Carballo Blanco, da 3ª Seção do Estado Maior, pela atenciosíssima e dedicada contribuição ao desenvolvimento do trabalho. Ainda na Polícia Militar, ao Ten. Cel. Antonio Carlos Suarez David, Chefe da Diretoria Geral de Apoio Logístico (DGAL/3), ao Ten. Cel. Celso Marques Maia, da Diretoria de Inativos e Pensionistas, e ao Ten. Cel. Sotero, ao Ten. Cel. Gonçalves, ao Maj. Gilber e ao Ten. Oliveira, da Diretoria Geral de Finanças, pelo fornecimento das estatísticas e das explicações solicitadas; ao Ten. Cel. Paulo Rubens e ao Maj. Flávio Santana, da ESPM, pelas informações sobre a história e a produção acadêmica da Escola; ao Cap. Souza, ao Ten. Lobo e ao Sgt. Queiroz, da PM-1 (Recursos Humanos), pela disponibilização das planilhas de efetivo policial militar; à Cap. Viviane, ao Ten. Corval, ao Sgt. Estevão e ao Cb. Auston, do COPOM, pelos dados estatísticos sobre o sistema 190 e pelos vários “tours” didáticos com que o Ten. Corval nos brindou nas nossas visitas ao Centro de Operações da PM

Ao Dr. João Olympio da Porciúncula, ex-Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública; ao Dr. Grantwall Barbosa de Carvalho, ex-Subsecretário da SSP; e ao Dr. Cláudio Ferraz, Assessor da PCERJ, pelo envio das informações institucionais solicitadas a

¹ Vários dos policiais mencionados a seguir também mudaram de cargo e/ou de setor no atual governo; citamos, porém, as posições que ocupavam e os setores em que estavam alocados na época da realização da pesquisa.

respeito da Polícia Civil.

Aos seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros (CBMERJ), pelo fornecimento das estatísticas solicitadas: Cel. Carlos Alberto Caldeira, Chefe do EMG; Ten. Cel. Jorge do Valle, Chefe do BM-4 (Estatística e Logística); Maj. Gilvan Miguel de Castro, Chefe do BM-1 (Pessoal e Legislação); Maj. Jadyr de São Sabbas Silva, Adjunto da BM-3 (Operações); Cap. Luiz Emanuel Palência, Chefe da Subseção de Planejamento de Operações e Sgt. Antônio Homero Brandão, Auxiliar da BM-4.

Ao Superintendente Paulo César Amêndola Souza; ao Diretor de Operações, Lucídio Mota Leal; ao Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Paulo José da Silva, e aos demais integrantes da Guarda Municipal do Rio de Janeiro que colaboraram no preparo e envio de dados sobre essa instituição.

A todos os responsáveis por programas inovadores na área de segurança pública que foram entrevistados pela pesquisa e que estão citados nominalmente no cadastro anexo a este relatório.

Um agradecimento especial a Lilian Salomão Moreno, pela sua valiosa e generosa colaboração no levantamento de dados junto ao Corpo de Bombeiros; a Dorian Luís Borges de Melo, estatístico da SSP/Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, pelo auxílio na obtenção e utilização das planilhas de ocorrências da Polícia Civil, e a Paula Iervolino, da CI/Consultoria e Informática, pela iniciação da equipe ao mundo das informações geo-referenciadas.

Finalmente, agradecemos ao Programa MARE-CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa, e ao Prof. João Carlos Ferraz, Diretor do Instituto de Economia da UFRJ, pelas condições institucionais necessárias para realizá-la.

SUMÁRIO DO RELATÓRIO COMPLETO

VOLUME I

APRESENTAÇÃO 8

PARTE I – ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO: DILEMAS DE UM APRENDIZADO DIFÍCIL 16

Luiz Eduardo Soares e João Trajano Sento-Sé

PARTE II – AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 48

Leonarda Musumeci e Jacqueline Muniz

Introdução 49

1. Polícia Militar 51

2. Polícia Civil 92

3. Corpo de Bombeiros 118

4. Guarda Municipal 127

5. Agentes de Segurança Penitenciária 138

VOLUME II

PARTE III – SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA: RECURSOS, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E PADRÕES DE ATUAÇÃO 146

Leonarda Musumeci e Galeno Ferraz Filho

Introdução 147

1. Orçamento e gastos 148

1.1 - A segurança pública no orçamento estadual 148

1.2 - Estrutura de despesas da Polícia Militar 150

2. Distribuição espacial do efetivo e das viaturas policiais 154

2.1 - Estado do Rio de Janeiro 154

2.2 - Município do Rio de Janeiro 164

2.3 - Síntese 176

3. Ocorrências registradas e padrões de atuação das Polícias 178

3.1 - Os dados e suas limitações 178

3.2 - Polícia Militar 183

3.3 - Polícia Civil 227

3.4 - Relações entre formas de atuação e de registro das duas Polícias 256

3.5 - Algumas considerações gerais 271

PARTE IV – EXPERIÊNCIAS INOVADORAS EM SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO DURANTE OS ANOS 80-90 E INICIATIVAS EM IMPLANTAÇÃO NO ATUAL GOVERNO 279

Barbara Musumeci Soares

Introdução 280

1. Experiências inovadoras, anos 80-90 283

2. Projetos em desenvolvimento - 1999/2000 309

PARTE V – GESTÃO INTEGRADA DA ORDEM PÚBLICA: POSSIBILIDADES, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS ATUAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 326

Leonarda Musumeci

Introdução 327

1. O que é gestão integrada da ordem 331

2. Possibilidades e dificuldades de aplicação do conceito no Rio de Janeiro 333

3. As Áreas Integradas de Segurança Pública 342

Anexo: Circunscrições das AISP 350

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 355

VOLUME III (ANEXO)

CADASTRO DE PROGRAMAS INOVADORES EM SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO - ANOS 1980/90

Levantamento e organização: Barbara Musumeci Soares

Apresentação

O projeto que deu origem a esta pesquisa, apresentado ao Programa MARE-CAPES em abril de 1997, tinha como objetivo produzir subsídios para a avaliação de experiências inovadoras em saúde e segurança públicas, no contexto de uma discussão mais geral sobre crise do Estado, ampliação de demandas por serviços básicos e novos desafios a enfrentar no campo das políticas sociais. O eixo articulador dos três subprojetos que compunham a proposta de estudo consistia em verificar as possibilidades e dificuldades para a integração das iniciativas públicas na área social, incluindo aí a modernização das estruturas institucionais envolvidas e a participação das comunidades na formulação e execução de políticas. Conforme sublinhávamos naquela proposta,

“... além do problema de disponibilidade e alocação dos recursos necessários para manter e/ou expandir a oferta de serviços essenciais, existem entraves oriundos da falta de planejamento e da falência dos moldes atuais de organização e gerenciamento desses serviços. Estruturas arcaicas e mentalidades obsoletas - herança de formas tradicionais de relacionamento Estado/sociedade no Brasil, quer em sua vertente corporativo-populista ou em sua versão tecnocrático-autoritária -, limitam sobremaneira a possibilidade de gestão mais eficiente dos recursos públicos disponíveis. Do mesmo modo, dificultam o desenvolvimento de experiências inovadoras de comprovado sucesso em outros países democráticos, que supõem, por um lado, abertura ao diálogo e a parcerias com a comunidade civil na montagem e execução de políticas sociais, e, por outro, ações integradas, planejamento estratégico e novos métodos administrativos capazes de minimizar custos e maximizar benefícios da atuação governamental no provimento dos serviços básicos à população”. (Instituto de Economia/UFRJ, 1997).

Para a área da segurança, em particular, destacávamos no projeto o contraste entre concepções ainda predominantes no Brasil - segurança como questão de Estado, de competência exclusiva das Polícias e da Justiça, marcada pelo fechamento corporativo das instituições responsáveis - e o que se poderia chamar de *administração estratégica da ordem pública* (Muniz e Proença Jr., 1997), conceito-síntese de uma nova perspectiva adotada pelo menos desde os anos 80 em outras sociedades democráticas, e norteador de importantes reformas nos aparelhos e políticas de segurança tradicionais. Partindo da comprovação de que o aumento ou endurecimento dos meios de força, além de onerar pesadamente o orçamento estatal, não produz resultados satisfatórios na redução da criminalidade, da violência e da desordem, nem favorece, com sua lógica de auto-suficiência corporativa, o combate à corrupção policial, essa nova perspectiva enfatiza a produção de ordem pública através de

ações coordenadas entre Polícias, agências provedoras de outros serviços básicos e comunidades locais atendidas - ou seja, integração de programas, descentralização decisória e abertura ao diálogo com a sociedade civil, incluindo aí o monitoramento e avaliação externos das políticas de segurança.

O subprojeto de pesquisa dedicado à segurança pública pretendia analisar as possibilidades e dificuldades existentes no Rio de Janeiro para a realização de reformas e inovações baseadas nas premissas acima. Propunha-se especificamente a descrever a estrutura e funcionamento dos órgãos de segurança aqui atuantes, examinar a distribuição de recursos e os padrões de atuação das Polícias nas diferentes regiões do estado, inventariar as experiências inovadoras no campo da segurança pública empreendidas ao longo dos anos 80-90, e identificar obstáculos à modernização institucional e à integração de políticas voltadas para a produção de ordem pública no estado e no município.

Quando formulamos esse subprojeto, em 1997, vigorava ainda no Rio de Janeiro um sistema de premiação pecuniária aos policiais envolvidos em confrontos armados que ficou conhecido como “gratificação faroeste” e tornou-se ícone da política de segurança do governo Marcello Alencar (1995-1998), comandada por um General do Exército com ampla folha de serviços prestados à extinta ditadura militar. Além da estratégia bélica de ataque aos “santuários do crime”, vistos como focos de contestação à soberania nacional, essa política se notabilizava também pelo combate verbal aos “policiólogos” (pesquisadores ou ativistas de movimentos sociais) e aos “alienígenas apátridas” (membros de organizações internacionais de direitos humanos) que “se atreviam” a questionar as concepções subjacentes e/ou os efeitos sociais da linha de ação posta em prática pelo então Secretário de Segurança do estado. Não é preciso dizer que tais concepções resultavam, entre outras coisas, no fechamento ao diálogo com a sociedade civil e no desmonte de programas inovadores do governo anterior, sob pretexto de que eram “lenientes” com o crime ou desviavam recursos do objetivo prioritário: a “guerra” ao “Estado paralelo” implantado em comunidades carentes pelos traficantes de drogas.

Naquele momento, portanto, o Rio de Janeiro exemplificava de forma particularmente clara quão pouco o processo de redemocratização conseguira transformar mentalidades e atitudes no campo da segurança pública e quão distantes estávamos ainda da concepção de segurança como gestão democrática da ordem, isto é, como dever do Estado, mas também “direito e responsabilidade de todos”, segundo define a própria Constituição do país. Ao mesmo tempo, contudo, embora estreitados os canais de diálogo, continuavam ocorrendo

importantes avanços do lado da sociedade civil, no sentido da participação, do debate, da cobrança, e também no sentido de levar adiante programas inovadores, com ou sem apoio governamental, de prevenção da criminalidade, atendimento a vítimas de violência, desenvolvimento comunitário, mediação de conflitos e promoção de direitos humanos. Foi em tal contexto que concebemos o projeto de estudar mais de perto a estrutura e os padrões de atuação dos órgãos de segurança pública do Rio de Janeiro - não numa perspectiva denunciante em relação à política vigente, mas objetivando buscar as raízes institucionais da permanência de ideologias e práticas tão retrógradas no aparelho de Estado e avaliar as possibilidades de um futuro processo modernizador que recuperasse, no âmbito da política governamental, inovações prematuramente abandonadas, incorporando também os avanços que, apesar de tudo, a sociedade civil fluminense continuava a sinalizar.

Em janeiro de 1999, tomou posse o governador Anthony Garotinho, cuja política de segurança, norteadada pelo princípio da eficiência com respeito aos direitos humanos, propõe-se a operar mudanças profundas nas instituições e nas formas de atuação policiais, mudanças que em grande parte se encaminham na direção, acima apontada, da integração de atividades e aumento da participação comunitária na gestão da ordem pública. Essa guinada de 180 graus - da qual vários membros da equipe desta pesquisa tiveram e têm o orgulho de participar,² fez com que o futuro se tornasse presente e ficassem obsoletas algumas informações sobre a estrutura e o funcionamento dos órgãos de segurança que havíamos levantado durante o governo anterior. Mas, por outro lado, as preocupações nucleares que motivaram a pesquisa - identificar entraves institucionais à modernização e ao planejamento coordenado de serviços básicos; discutir as condições de possibilidade da reforma do Estado na área de segurança pública; estabelecer parâmetros para a avaliação de experiências inovadoras nessa área - tornaram-se, mais do que nunca, atuais. Ficará para outras pesquisas a tarefa de analisar diretamente os resultados da nova política de segurança do Rio de Janeiro, ainda em fase de implementação. Nossa esperança é de que o esforço empreendido aqui de reunir dados dispersos e apontar caminhos de análise sirva, entre outras coisas, como subsídio a essas

² Duas integrantes da equipe, Barbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci, e os dois consultores, Luiz Eduardo Soares e João Trajano Sento-Sé, fizeram parte do grupo de cientistas sociais que assessorou o então candidato Anthony Garotinho na montagem do seu programa de governo para a área da segurança pública (cf. Garotinho *et al.*, 1998). Luiz Eduardo Soares ocupa atualmente o cargo de Coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro; duas pesquisadoras convidadas do presente projeto, Barbara Musumeci Soares e Jaqueline Muniz, passaram também a integrar a equipe da Secretaria de Segurança Pública estadual, a primeira como Secretária Adjunta, responsável pelos programas nas áreas de violência doméstica e defesa da mulher, e a segunda como Diretora Geral de Pesquisa da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania. Em abril de 1999, com base nos mapas e informações de que a nossa pesquisa dispunha, a coordenadora deste subprojeto prestou assessoria gratuita ao grupo de trabalho da Secretaria incumbido de formular a proposta das *Áreas Integradas de Segurança Pública*. De julho a setembro de 1999, outro autor deste relatório, Galeno Ferraz Filho, colaborou, também gratuitamente, na montagem da nova metodologia de cálculo dos índices de criminalidade para o Estado do Rio de Janeiro.

futuras avaliações.

Estrutura do trabalho

O relatório está dividido em cinco partes, que se articulam em torno do eixo que explicitamos acima, mas, com exceção da quinta, podem também ser lidas de forma autônoma, pois tratam de diferentes aspectos da problemática focalizada.

A Parte I é um ensaio escrito pelos dois consultores do projeto, analisando os padrões de atuação estatais na área da segurança pública e os debates travados em torno desse tema durante os anos 80 e 90 no Rio de Janeiro - ensaio que funciona como pano de fundo e introdução geral às questões analisadas ao longo do trabalho.

Na Parte II descrevem-se a estrutura e o funcionamento dos órgãos de segurança pública atuantes no estado, com maior ênfase nas Polícias Militar e Civil, mas contemplando também outras três instituições: a Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, o Corpo de Bombeiros (que, no atual governo, deixou de estar subordinado à Secretaria de Segurança, passando a integrar a nova Secretaria de Defesa Civil) e o corpo de Agentes Penitenciários do DESIPE.

A Parte III analisa estatísticas referentes à alocação de recursos e à distribuição espacial das ocorrências registradas pela PMERJ e pela PCERJ durante ano de 1998, com o objetivo de identificar padrões de atuação policial nas diversas áreas do estado e do município, bem como relações entre as atividades das duas Polícias.

Na Parte IV focalizam-se 26 experiências inovadoras em segurança pública empreendidas nas últimas duas décadas no Rio de Janeiro e descrevem-se os principais programas que compõem a política de segurança do atual governo do estado. Embora complementem a análise desenvolvida nessa parte do relatório, as fichas individuais relativas aos 26 programas são reunidas na forma de um cadastro e apresentadas em volume anexo, para facilitar sua utilização como fonte de consulta direta aos pesquisadores interessados.

A quinta e última parte do trabalho discute o conceito de *gestão integrada da ordem pública* e sua possível materialização nas *Áreas Integradas de Segurança*, em funcionamento desde agosto de 1999 - um dos projetos inovadores do governo estadual, e aquele mais diretamente relacionado às preocupações centrais que motivaram a realização desta pesquisa.

Fontes utilizadas

- ◆ **Levantamento nas instituições de segurança pública.** As fontes básicas para a elaboração das partes II e III do relatório foram as próprias instituições de segurança pública do Rio de Janeiro, às quais solicitamos dados sobre estruturas administrativas, recursos humanos e materiais, além de planilhas de ocorrências desagregadas por circunscrições. A solicitação, detalhando os tipos de informações requisitadas, foi dirigida pelos Coordenadores da pesquisa, em julho de 1998, às autoridades máximas de cada órgão: ao Superintendente Regional da Polícia Federal, ao Superintendente da Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, ao Secretário de Segurança Pública do Estado e, por intermédio deste, ao Comandante Geral e ao Chefe do Estado Maior Geral da Polícia Militar, ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros. Esses trâmites ocasionaram vários meses de espera (a maior parte dos dados só foi obtida em 1999), mas, por outro lado, permitiram que as portas se abrissem e que conseguíssemos reunir parcela significativa das informações. Também pesaram favoravelmente os contatos prévios de parte da equipe com as Polícias, estabelecidos em outros projetos, especialmente na pesquisa, realizada em paralelo a esta, acerca da vitimização de policiais. Só a Polícia Federal não forneceu qualquer informação, apesar do interesse demonstrado pelo seu Superintendente interino, que entrevistamos pessoalmente. Talvez em virtude da crise por que passava o órgão naquele momento, determinando o afastamento do Superintendente titular e a acumulação do cargo pelo Delegado Regional, de nada valeram nossas muitas solicitações junto ao setor incumbido de reunir os dados: após vários meses, concluímos ser inútil a insistência e inviável a inclusão desse segmento da segurança pública no universo delimitado pela pesquisa.

Exceto nesse último caso, não houve obstáculos intransponíveis à realização do levantamento. Justiça seja feita, mesmo sob uma política de segurança pouco propensa ao diálogo, e mesmo com a proximidade do período eleitoral, encontramos quase sempre boa vontade e disposição a colaborar nas pessoas e instituições com as quais tivemos contato direto ou indireto durante a primeira fase de execução da pesquisa. As dificuldades maiores relacionaram-se:

- (a) à demora na obtenção dos dados, não só por causa dos trâmites hierárquico-burocráticos descritos acima, mas também pela diversidade das informações requisitadas; em sua maior parte, essas informações não estavam centralizadas ou sistematizadas num único departamento, exigindo a mobilização de diversos setores

dentro de cada instituição: recursos humanos, logística, finanças, processamento de dados e assim por diante;

(b) à heterogeneidade do material obtido, quanto a abrangência, cronologia, graus de agregação e formas de apresentação. Das duas Polícias estaduais, em que o levantamento se concentrou, somente na PM foi possível obter a maior parte dos dados com o nível de detalhe e desagregação que desejávamos, graças às verdadeiras “operações especiais” montadas para a pesquisa no Estado Maior Geral e na Escola Superior de Polícia Militar, sob a prestativa coordenação dos Comandantes da APOM, Ten. Cel. Claudécir Ribeiro da Silva, e da ESPM, Ten. Cel. Luís Fernando Santos Azevedo. A equipe do subprojeto visitou várias vezes esses dois setores. No primeiro, para reuniões com os oficiais responsáveis pelas diferentes áreas de produção de dados - reuniões em que pudemos explicitar melhor os objetivos da pesquisa e das nossas demandas, desdobrar ou modificar pedidos feitos inicialmente e, ao mesmo tempo, obter uma série de esclarecimentos diretos sobre o funcionamento da instituição e sobre os critérios de apresentação das estatísticas que nos estavam sendo fornecidas. Na ESPM, por sua vez, a biblioteca (que normalmente funciona em horários restritos) foi mantida aberta por mais tempo nos nossos dias de visita, para que pudéssemos consultar diretamente as cerca de duas mil monografias de conclusão de curso produzidas até aquele momento.

Não tivemos o mesmo trânsito na Polícia Civil, que enviou um material já pronto ao coordenador geral do projeto, através da Secretaria de Segurança Pública, sem que pudéssemos interferir na produção das informações. As estatísticas sobre pessoal e ocorrências, por exemplo, não vieram discriminadas por circunscrições, mas sim agregadas para todo o estado do Rio de Janeiro, e só em 1999, após a mudança de governo e a criação, na Secretaria de Segurança Pública, da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, é que pudemos obter as planilhas de efetivo e de ocorrências da Polícia Civil com o nível de desagregação requerido pela pesquisa. Quanto ao Corpo de Bombeiros, que forneceu todo o material solicitado, a dificuldade residiu no aproveitamento das informações e na sua comparação com dados dos demais órgãos para a montagem dos “mapas da segurança”, pois o CBMERJ adota recortes geográficos próprios e não seria financeiramente viável encomendar a digitalização de mais um mapa de circunscrições operacionais.

- ◆ **Legislação.** Para a definição de atribuições, competências, funções previstas, evolução e características formais dos órgãos de segurança pública, recorreu-se também à legislação pertinente: Constituições; Código Penal e Código de Processo Penal; leis, atos, decretos e portarias relativas ao setor, e estatutos das corporações analisadas, entre outros documentos oficiais.

- ◆ **Bibliografia sobre segurança pública no Rio de Janeiro.** Embora não muito extensa, a literatura disponível sobre segurança pública forneceu um pano de fundo para os dados obtidos na pesquisa. Essa literatura está incluída na bibliografia ao final do relatório, mas cabe destacar aqui algumas referências mais centrais: os trabalhos de Holloway (1997) e Bretas (1985, 1996, 1997), sobre a história das Polícias no Rio de Janeiro; de Jorge da Silva (1990), sobre segurança na nova ordem constitucional; de Roberto Kant de Lima (1995) e Edna Santos (1997), sobre a Polícia Civil do estado; de Soares *et al.* (1996), sobre a crise da segurança fluminense em meados dos anos 90; de Musumeci, coord. *et al.* (1996), sobre os obstáculos institucionais à consolidação do policiamento comunitário; de Musumeci, Muniz & Larvie (1998), sobre demandas de segurança e cultura policial; de Anthony Garotinho *et al.* (1998), sobre os problemas a serem enfrentados pela nova política estadual de segurança pública; de Jacqueline Muniz (1999), sobre cultura institucional da PM; e de vários autores, no volume 22 da *Revista da OAB* (1985), dedicado à análise de diversos aspectos da atividade policial no Rio de Janeiro.

- ◆ **Literatura produzida pela Polícia fluminense.** As monografias da Escola Superior de Polícia Militar do Rio de Janeiro que tratavam de temas ligados à organização e gestão de recursos da segurança pública, atuação da PM estadual, papel da Polícia na sociedade e outros assuntos de interesse para a pesquisa foram utilizadas como fontes de informações e análises, assim como artigos publicados na revista *Tiradentes*, do Clube de Oficiais da PM e do Corpo de Bombeiros do estado, na *Revista da Polícia Militar*, em relatórios de atividades, manuais de instrução e outros tipos de publicações policiais.

- ◆ **Estudo sobre vitimização de policiais.** Um trabalho realizado pelo ISER e coordenado por duas pesquisadoras deste subprojeto, a respeito da vitimização de policiais no Rio de Janeiro (MUNIZ & SOARES, coord., 1998), levantou uma série de informações sobre estrutura e organização dos órgãos de segurança do estado destinadas simultaneamente aos objetivos da presente pesquisa.

- ◆ **Fontes estatísticas complementares.** Nos Anuários de 1997 do CIDE (para o estado) e do Instituto Pereira Passos, ex-IPLAN (para o município), assim como na Contagem Populacional de 1996, do IBGE, obtivemos estatísticas básicas para a construção dos mapas temáticos: dados sobre demografia e condições sócio-econômicas referentes aos diversos espaços intraestaduais e intramunicipais – que nem sempre, porém, dialogavam com os dados da segurança pública, devido à incompatibilidade dos recortes geográficos, discutida em detalhe na 3ª Parte deste relatório.

- ◆ **Mapas digitalizados e cálculo da população residente nas circunscrições policiais.** Devido ao fato de que as áreas de atuação das Polícias no interior do Município do Rio de Janeiro não obedeciam, até 1999, aos recortes oficiais de bairros e Regiões Administrativas, foi preciso encomendar a digitalização dessas áreas a uma firma especializada, da qual adquirimos também o *software* e o treinamento necessários para montar os mapas temáticos utilizados como ferramenta de análise na terceira parte do trabalho, além de estimativas do número de habitantes e da extensão de ruas em cada circunscrição. O “pacote” fornecido pela firma incluiu também as bases geo-referenciadas dos municípios do estado e bairros da cidade do Rio de Janeiro, mapas de topografia, formas de uso do solo, principais eixos viários, localização de favelas e outros dados relevantes para o desenvolvimento da análise proposta.

- ◆ **Entrevistas para levantamento de experiências inovadoras.** A Parte IV do relatório, sobre programas inovadores na área de segurança pública no Rio de Janeiro, baseia-se integralmente em pesquisa de campo qualitativa, com entrevistas aos responsáveis pelas instituições e/ou programas focalizados.

- ◆ **Consultoria.** Para a contextualização da problemática de segurança pública no Rio de Janeiro, solicitou-se aos dois consultores do subprojeto um artigo analisando as relações entre segurança e política no estado, nas últimas duas décadas - artigo que, como já dito, integra a Parte I, a seguir, e serve de introdução geral às questões tratadas neste trabalho.

Leonarda Musumeci
Rio de Janeiro, janeiro de 2000